

Dívida cria risco de descontrolo

O presidente eleito Tancredo Neves herdará um País podre, com os números da dívida pública atingindo proporções tão grandes que podem gerar o descontrolo da economia. Segundo assessores de Tancredo Neves, na área econômica, os números do endividamento que estão sendo conhecidos, sempre através de pessoas que trabalham em órgãos oficiais e têm acesso a informações, mostram um nível de corrupção muito superior ao que se poderia imaginar.

Para esses assessores, o grau de corrupção ainda não pode ser medido pelos casos que já apareceram, como a Sunaman, e algumas pontas de icebergs que vieram à tona, pois muitos outros "negócios" acabarão por surgir. Um dos assessores chegou a comparar a atual situação de corrupção com o período de João Goulart, quando o regime era anárquico. E o estouro da base monetária em dezembro, de 40%, foi considerado "a prova cabal do absoluto descontrolo da economia".

O estudo que será encaminhado ao presidente eleito em relação ao financiamento público defende como ponto fundamental a unificação

dos orçamentos do governo (fiscal, monetário e das estatais), de forma a transparecer ao público a realidade do sistema público brasileiro. O critério de dimensionar a dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) também é outro ponto básico a ser apresentado.

Mas os assessores acreditam que somente providências de cunho conjuntural e estrutural poderão conter o endividamento, passando necessariamente por uma mudança de regras do sistema financeiro. A proposta é a adoção de medidas tanto dentro do sistema financeiro como fora, de modo a eliminar as pressões externas que elevam as taxas de juros. As fontes acreditam que o presidente eleito terá condições de conciliar as mudanças econômicas com as necessidades sociais do País "desde que mantenha o clima de autenticidade de autoridade em que está envolto", e destacam que o conjunto de providências na área econômica deve ser articulado com firmeza e calma.

DÍVIDA

A parcela do endividamento público que foi tomada do Exterior é considerada equacionável, pois está vinculada ao sistema de renegociação

da dívida brasileira. A parte obtida através da emissão de títulos públicos poderá ser rolada, mas o que preocupa é o custo disto, que pode chegar à correção monetária mais até 22%, se no grande leilão de ORTN de amanhã se chegar às taxas previstas.

Em relação ao sistema bancário, alguns membros da assessoria de Tancredo Neves consideram que ele não deve ser objeto de uma reforma, como um todo, mas sim de mudanças em alguns segmentos, como o *open market*. Estas alterações corrigiriam distorções, como a aplicação de recursos maciços no *open* por parte das empresas em vez de se investir no setor de produção, em função das altas taxas de juros.

Já a inflação é vista principalmente como um fenômeno de reamentação, que a cada entrada de um fator novo nunca mais amortece. A vinculação da inflação à dívida pública, segundo este ponto de vista, não seria tão estreita, e ambos estariam mais relacionados pelo fato de a dívida ser o principal fator das altas taxas de juros do mercado.

A assessoria do presidente eleito não deverá apresentar mudanças

significativas na área salarial, por considerar que não se pode expandir os salários além do que se produz. Segundo um dos assessores, o exemplo da Argentina salvou o Brasil de tratar a questão através de uma expansão irrealista dos salários.

FMI

Alguns assessores prevêem que será muito difícil Tancredo Neves assinar a sétima carta de intenções com o FMI, porque "os números não são reais e as condições sempre inatingíveis". O método usado pelo governo para dimensionar a dívida, segundo uma das fontes, "é fajutado, porque o ministro Delfim Netto, ao tomar conhecimento dos números reais na época de negociações das primeiras cartas, achou-os absurdos, e decidiu mudar o método de cálculo". E o FMI aceitou a meta definida como exata.

Esta mesma fonte destacou que o FMI teve sucesso no esquema que montou para o Brasil, porque o País conseguiu um superávit e não precisou de dinheiro novo, mas para os brasileiros os acordos "foram péssimos", gerando uma inflação crescente e grandes sacrifícios.